



**EXCELENTÍSSIMO SENHOR CONSELHEIRO RELATOR CLÁUDIO  
COUTO TERRÃO, DO EGRÉGIO TRIBUNAL DE CONTAS DO  
ESTADO DE MINAS GERAIS – TCE/MG**

**Processo nº 969.697 e Apensos Recursos Ordinários nº 1.084.613 e 1.084.584**

**RENATA FERREIRA LELES DIAS**, Presidente da Fundação Hospitalar do Estado de Minas Gerais - FHEMIG, já qualificada nos autos do processo em epígrafe, representada pela Procuradora do Estado de Minas Gerais abaixo assinada, com fulcro no art. 2º-A, § 2º, da Lei Complementar Estadual nº. 83/2005, vem, respeitosamente, perante V. Exa., nos autos do processo em epígrafe, expor e requerer o que segue.

Em acompanhamento do cumprimento da decisão do processo, o Senhor Conselheiro Relator exarou Ofício nº 14923/2022 intimando a peticionária para:

- 1) Informar, por meio de prova documental, se a GIEFS continua a ser paga fazendo distinção de Nível de Pontos por Servidor (NPS) baseada no cargo ocupado, conforme previsto nas Portarias Presidenciais nºs. 729/10, 728/12 e 1098/15;
- 2) Informar se a minuta de projeto de lei alterando a disciplina da gratificação já foi encaminhada ao Poder Legislativo e em qual estágio de tramitação se encontra.

Considerando a complexidade do caso, a Presidente da FHEMIG requereu a dilação do prazo para manifestar, por meio do Ofício FHEMIG/CHEFIA GABINETE nº. 21/2022 deferida por despacho datado de 14 de outubro de 2022 por 30 (trinta) dias a contar da intimação.



Para tanto, solicitou à FHEMIG que *"no referido prazo a entidade deverá apresentar as medidas já adotadas e aquelas que pretende adotar, indicando o prazo que considera razoável para tal. "*

Assentado isso, importante considerar que a FHEMIG, em resposta aos primeiros questionamentos expostos, elaborou a anexa Nota Técnica nº 4/FHEMIG/PRESIDENCIA/2022, na qual esclarece as dificuldades existentes para o cumprimento da decisão da forma como posta.

Com relação às medidas que estão sendo adotadas para dar efetivo cumprimento à decisão, complementou as informações anteriores com o anexo Ofício FHEMIG/CHEFIA GABINETE nº. 23/2022.

Assim, deve-se destacar, antes de adentrar as referidas situações fáticas, que qualquer julgamento sobre o ato questionado deve se orientar, obrigatoriamente, pela Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro:

Art. 20. Nas esferas administrativa, controladora e judicial, não se decidirá com base em valores jurídicos abstratos sem que sejam consideradas as consequências práticas da decisão.

Parágrafo único. A motivação demonstrará a necessidade e a adequação da medida imposta ou da invalidação de ato, contrato, ajuste, processo ou norma administrativa, inclusive em face das possíveis alternativas.

Art. 21. A decisão que, nas esferas administrativa, controladora ou judicial, decretar a invalidação de ato, contrato, ajuste, processo ou norma administrativa deverá indicar de modo expresso suas consequências jurídicas e administrativas.

Parágrafo único. A decisão a que se refere o **caput** deste artigo deverá, quando for o caso, indicar as condições para que a regularização ocorra de modo proporcional e equânime e sem prejuízo aos interesses gerais, não se podendo impor aos sujeitos atingidos ônus ou perdas que, em função das peculiaridades do caso, sejam anormais ou excessivos.

Art. 22. Na interpretação de normas sobre gestão pública, serão considerados os obstáculos e as dificuldades reais do gestor e as exigências das políticas públicas a seu cargo, sem prejuízo dos direitos dos administrados.

§ 1º Em decisão sobre regularidade de conduta ou validade de ato, contrato, ajuste, processo ou norma administrativa, serão consideradas as circunstâncias práticas que houverem imposto, limitado ou condicionado a ação do agente.

§ 2º Na aplicação de sanções, serão consideradas a natureza e a gravidade da infração cometida, os danos que dela provierem para a administração pública, as circunstâncias agravantes ou atenuantes e os antecedentes do agente.

§ 3º As sanções aplicadas ao agente serão levadas em conta na dosimetria das demais sanções de mesma natureza e relativas ao mesmo fato.



Diante desse contexto é que deve se avaliar os documentos anexos, que contém as razões pelas quais os plantões estratégicos possuem pontuação diferenciada na apuração da GIEFS, assim como os cargos de maior responsabilidade. Demonstra, ainda, que o pagamento uniforme da GIEFS importa em pequeno aumento remuneratório se considerados todos os cargos da FHEMIG.

De toda forma, a FHEMIG e o Estado de Minas Gerais entendem necessária a adequação da legislação vigente para abranger as necessidades reais do interesse público, razão pela qual a minuta de anteprojeto de lei já foi encaminhada à Advocacia-Geral do Estado, visando a, especialmente, ponderar a realidade estadual com as orientações contidas no acórdão do presente processo.

Ademais, importante frisar que os trâmites internos do Poder Executivo, para o encaminhamento de anteprojetos de lei é muito complexo, já que também envolve outros órgãos e entidades, como a Fundação Ezequiel Dias, a Secretaria de Planejamento e Gestão e a Secretaria de Governo, por exemplo.

Outras medidas para solucionar as pendências apontadas no acórdão do Processo nº 969.697, assim como dos Recursos Ordinários nº 1.084.613 e 1.084.584, são: i) o credenciamento de médicos para a prestação de serviço de plantão presencial; ii) a seleção de entidade privada sem fins lucrativos para formalização de contrato de gestão com organização social – OS – com objeto gerenciamento, operacionalização e execução das ações e serviços de saúde; iii) a proposição da instituição de serviço social autônomo – SSA – para formalização de contrato de gestão com SSA para a implementação de ações de interesse coletivo; iv) a negociação com a Seplag de reestruturação de cargos; e v) a realização de concurso público para provimento de cargos públicos da Fhemig. Essas propostas estão detalhadas no Ofício FHEMIG/CHEFIA GABINETE nº. 23/2022.

Pelo exposto, requer a juntada dos documentos anexos, que comprovam o empenho em cumprir a ordem contida no acórdão do Processo nº 969.697, assim como dos Recursos Ordinários nº 1.084.613 e 1.084.584, esclarecem os fatores dificultadores do cumprimento imediato da decisão e as medidas que estão sendo adotadas.

De igual forma, requer o estabelecimento de prazo de 180 (cento e oitenta) dias para a finalização dos trâmites internos do Poder Executivo para o encaminhamento do anteprojeto de Lei ao Poder Legislativo, considerando, ainda, que a pauta do legislativo se encontra atualmente travada e que haverá



ESTADO DE MINAS GERAIS  
ADVOCACIA-GERAL DO ESTADO  
Procuradoria de Demandas Estratégicas

nova composição da Assembleia no início de 2023, cuja sessão se inicia em fevereiro.

Por fim, reforça o compromisso da FHEMIG em informar o TCEMG o status da tramitação do projeto de lei e das outras medidas administrativas em março, junho, setembro e dezembro de 2023.

Termos em que,  
Pede deferimento.

Belo Horizonte, 16 de novembro de 2022.

RENATA COUTO SILVA DE FARIA  
Procuradora do Estado de MG  
OAB/MG 83.743 – Masp. 1.066.594-1